

**RECLAMAÇÃO Nº 39.379 - RS (2019/0353485-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECLAMANTE** : CAETANO SPRANDEL DE FREITAS  
**ADVOGADO** : CAETANO SPRANDEL DE FREITAS (EM CAUSA PRÓPRIA) - RS112921  
**RECLAMADO** : TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**INTERES.** : BANCO DO BRASIL SA

**DECISÃO**

Trata-se de reclamação, com pedido de liminar, contra acórdão da TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

O reclamante sustenta (e-STJ fls. 3/11), em síntese, ser cabível sua reclamação, pois o órgão impugnado teria divergido da jurisprudência do STJ, no sentido de ser ilegal a inclusão do nome do consumidor em órgão de proteção ao crédito por um débito inexistente.

Requer, no mérito, a procedência da reclamação, para que seja cassada a decisão da origem (e-STJ fls. 10/11).

É o relatório.

Decido.

A decisão reclamada foi publicada na vigência da Resolução n. 3 do STJ, de 8 de abril de 2016, que assim dispõe:

Art. 1º Caberá às Câmaras Reunidas ou à Seção Especializada dos Tribunais de Justiça a competência para processar e julgar as Reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das Súmulas do STJ, bem como para garantir a observância de precedentes.

É patente, pois, a incompetência desta Corte Superior para processar e julgar o presente pedido.

Portanto, com base no art. 34, XVIII, do RISTJ, NÃO CONHEÇO da presente reclamação, determinando sua remessa ao respectivo Tribunal, nos termos do art. 1º da Resolução n. 3/STJ, de 8 de abril de 2016.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator